

Best

O controlo interno nas entidades públicas e o plano de gestão de riscos

 Online



9 horas

Preço : 174,00 € + IVA
Intra empresa : Sob consulta

Referência: 1374

O controlo interno tem vindo assumir na Administração Pública uma importância cada vez maior nas entidades públicas, quer na perspetiva do controlo quer na perspetiva de combate à corrupção nos termos do D.L. 109-E/2021 de 9 de dezembro.

Um dos problemas associados ao gasto dos fundos públicos relaciona-se cada vez mais com a necessidade de perceber quais os seus fatores determinantes, para que os gestores públicos, bem como outras entidades externas de controlo e fiscalização, possam desenvolver mecanismos, concretamente de controlo e execução, para não haver dispêndios além dos necessários.

Assim, o controlo interno não se deve cingir à prevenção, verificação e correção de erros, mas deve consolidar e melhorar o desempenho das entidades públicas, para garantir a concretização dos princípios orçamentais e de despesa pública.

Destinatários



Para Quem?

- Técnicos superior e dirigentes da Administração Pública.



Pré-requisitos:

- Não aplicável.

Percurso de aprendizagem

Sessão Formação - Online (3 dias / 9h00m)

1 - Introdução

2 - Definição de Controlo Interno (CI)

3 - Tipos de Controlo Interno

4 - Objetivos do controlo interno

5 - Princípios do controlo interno

6 - Estrutura de Manual de controlo interno

7 - Avaliação do CI

8 - Procedimentos de controlo nas seguintes áreas:

- Meios Financeiros Líquidos
- Inventários

- Ativos
- Vendas e prestações de serviços
- Compras
- Pessoal

9 - Planos de Gestão de Risco de Corrupção e Infrações Conexas

- D.L. 109-E/2021, de 9 de dezembro que Cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção.
- Ligação dos planos de gestão de riscos ao controlo interno



Objetivos

- Consolidar os conceitos associados ao controlo interno, assim como os objetivos, princípios e tipos de controlo.
- Compreender os procedimentos de controlo interno nas principais áreas de controlo interno previstas no manual do Tribunal de Contas e previstos no POAL.
- Compreender os principais aspetos previstos no D.L. 109-E/2021, de 9 de dezembro que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC).



Métodos pedagógicos

- Nesta formação são combinadas diferentes metodologias ativas (casos práticos e partilha de experiências entre os participantes), intercaladas com o método expositivo, de forma a facilitar a aplicação dos conceitos adquiridos e aferir as práticas a implementar.



Pontos fortes

- Esta formação é fundamental para que as entidades possam analisar se efetivamente possuem procedimentos de controlo e apoiá-las na implementação desses procedimentos.

Formadora



Susana Silva

Doutorada em Ciências Empresarias. Parte curricular concluída, do programa Doutoral em Contabilidade, do doutoramento da Universidade do Minho/Universidade de Aveiro, em 2014/2015, concluída em maio de 2016.

Título de Especialista Aprovado o título de especialista, na área científica de Contabilidade Pública pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) em 2013.

Aprovado o título de especialista, na área científica de Contabilidade Pública, com provas públicas, com tese defendida em março de 2012, atribuído pelo Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.

Pós-Graduação sobre o “Novo Sistema de Normalização Contabilístico das Administrações Públicas (SNC-AP)” pelo Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, concluído em 2017.

Mestrado em Contabilidade e Auditoria, pela Universidade do Minho, concluído em 2007.

Docente do Ensino Superior desde 1999 até à atualidade, em entidades como Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Universidade Lusíada- Vila Nova de Famalicão, Universidade do Minho e Universidade Aberta.

Dirigente na Administração Pública desde 2003 até 2018.

Responsável pela implementação do SNC-AP num organismo do Ensino Superior, desde 2016, como entidade piloto, até 2018.

Atualmente Técnica Superior nos Serviços de Acção Social da Universidade do Minho (SASUM).

Contabilista Certificado.

Membro no grupo de trabalho que elaborou a proposta que conduziu à aprovação do Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação (POC-Educação).

Colaboração num grupo de trabalho da Empresa Primavera Software, para realização de um programa informático segundo o Plano Oficial de Contabilidade Pública (1998/1999).

Co-autora do livro “POC-Educação - Explicado”, Edição Rei dos Livros, dep. Legal 165320/01, ISBN 972-51-0982-1, de 2002.

Formadora desde 1999, em contabilidade pública, POCAL, POCP, SNC-AP, Património Público, Património Autárquico, Auditoria e controlo interno, em entidades públicas, nomeadamente, no Tribunal de Contas e outras entidades privadas.

Consultora em entidades públicas (Empresas Municipais, Empresas Públicas Reclassificadas e outras).



Datas 2026 - Référence 1374



Últimas inscrições



Realização garantida

De 12 mar a 25 mar